



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PGP – PLANO GERAL DE PROJETO

1 Identificação do Projeto

Projeto ELE.IA	
Demandante COMISS1913 COMISSÃO DA PORTARIA 353/2021	Data da Elaboração 31/07/2025
Cliente Jurisdicionado e Assessores e assistentes dos desembargadores eleitorais do TRE-BA (2º Grau) e Desembargadores Eleitorais	
Patrocinador STI e COJUR	
Gerente do Projeto Hercília Boaventura Barros	Lotação do Gerente COJUR- Coordenadoria Judiciária Remota do 1º Grau
E-mail do Gerente do Projeto hbbarros@tre-ba.jus.br	Ramal do Gerente do Projeto 7050
Programa vinculado Não se aplica.	

2 Visão Geral do Projeto

2.1 Justificativa do projeto

Existe uma crescente complexidade e elevado volume das atividades jurisdicionais no 2º Grau do TRE-BA, que impõe desafios constantes à eficiência e à agilidade do trabalho dos assessores e assistentes dos desembargadores eleitorais.

As atividades-chave como a elaboração de ementas, resumo de documentos e a confecção de relatórios exigem não apenas significativa dedicação de tempo, mas também um elevado nível de precisão. Este quadro resulta em sobrecarga e potencial morosidade no fluxo processual, um problema que, se não endereçado, pode intensificar a existência de gargalos processuais e comprometer a eficiência na tramitação dos feitos.

Além disso, a justificativa aponta para um problema de comunicação crítica: a **linguagem excessivamente técnica e complexa dos atos jurisdicionais**, o "juridiquês", que **dificulta o entendimento do cidadão**, tornando a comunicação entre o Judiciário e a sociedade menos efetiva e pouco acessível. Isso representa uma barreira significativa para a transparência e a acessibilidade da justiça.

Diante desse cenário, o projeto ELE.IA surge propondo a implementação de Inteligência Artificial generativa para facilitar e otimizar os processos internos dos gabinetes. A IA generativa atuará diretamente nos principais pontos críticos: a sobrecarga de atividades, os atrasos na tramitação e a dificuldade de comunicação com o público.

Um ponto de destaque na justificativa é o compromisso do projeto com a **padronização e agilização da elaboração de ementas e relatórios**, mas indo além disso, busca **alinhar o TRE-BA ao compromisso assumido no Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples**, do qual o Tribunal é signatário. Este alinhamento é reforçado pela adoção das diretrizes presentes no Manual de Padronização de Ementas do CNJ. Assim, a IA generativa é vista como uma ferramenta central para a **simplificação e clareza da comunicação jurisdicional**, tornando as informações acessíveis ao jurisdicionado e à sociedade em geral, sem comprometer a precisão técnica.

Em suma, o ELE.IA não só visa **aprimorar a transparência e efetividade da Justiça Eleitoral na Bahia**, mas também responde diretamente à **necessidade institucional de adotar linguagem simples e inclusiva nos atos oficiais**, prevenindo o acúmulo contínuo de tarefas manuais e a manutenção de barreiras comunicacionais com o cidadão.

2.2 Objetivo do Projeto

O objetivo geral do projeto ELE.IA é utilizar a Inteligência Artificial generativa para apoiar de forma eficiente o trabalho dos assessores e assistentes dos desembargadores eleitorais, oferecendo ferramentas para facilitar e otimizar a elaboração de ementas, análise de documentos judiciais e elaboração de relatórios.

O projeto visa assegurar que a produção de ementas e resumos seja feita com linguagem simples e acessível, aprimorando substancialmente o atendimento ao jurisdicionado, ao tornar as informações jurídicas mais compreensíveis e transparentes. Este foco no jurisdicionado e na adesão plena ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples é um pilar central e distintivo do ELE.IA.

Este objetivo é a espinha dorsal do projeto, indicando claramente a ferramenta (IA generativa), o público-alvo primário (jurisdicionado, assessores e assistentes) e as atividades que serão otimizadas.

A **situação desejada pós-entrega** é um ambiente de trabalho no 2º Grau do TRE-BA onde assessores e assistentes contarão com o apoio de ferramentas de Inteligência Artificial generativa que automatizarão e aprimorarão significativamente:

- Textos jurídicos em linguagem simples
- A elaboração de ementas padronizadas.
- A produção de resumos processuais e de documentos.
- A geração de relatórios de acórdãos e decisões.

Os resultados esperados são: maior agilidade, precisão e padronização nas atividades jurisdicionais. Isso, por sua vez, liberará os profissionais para que possam focar em análises mais complexas e decisões estratégicas, aumentando a qualidade do trabalho. O resultado final almejado é uma prestação jurisdicional mais célere, eficiente e, sobretudo, mais compreensível para o cidadão, em total consonância com os objetivos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.

2.3 Objetivos Estratégicos

O projeto ELE.IA alinha-se diretamente com objetivos estratégicos do TRE-BA, demonstrando seu impacto na instituição. Os objetivos estratégicos com os quais o projeto contribuirá são:

1. Fortalecer a relação institucional com a sociedade:

- Este objetivo será alcançado por meio da promoção de uma comunicação jurídica mais clara e acessível, desmistificando o "juridiquês" e tornando os atos judiciais compreensíveis para o público. A IA generativa atuará como um facilitador na tradução de termos complexos para uma linguagem simples, o que, em última análise, aumenta a confiança e a proximidade da sociedade com o Judiciário.

2. Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional:

- A otimização de tarefas repetitivas e de alto volume, como a elaboração de ementas e relatórios, liberará tempo valioso dos assessores e assistentes. Isso permitirá que se dediquem a análises mais complexas e a processos decisórios, resultando em uma tramitação mais rápida e eficiente dos processos, contribuindo diretamente para a celeridade da justiça.

2.4 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos detalham o "como" o objetivo geral será alcançado, desdobrando-o em metas mais tangíveis e mensuráveis. Para o ELE.IA, podemos inferir os seguintes objetivos específicos:

- **Desenvolver e implementar um sistema que utilize a Inteligência Artificial generativa** adaptado às necessidades do 2º Grau do TRE-BA, capaz de processar e gerar textos jurídicos.
- **Capacitar a IA para a elaboração padronizada de ementas em linguagem simples**, garantindo conformidade com o Manual de Padronização de Ementas do CNJ.
- **Viabilizar a confecção de relatórios processuais de acórdãos e decisões** por meio do apoio da IA generativa.
- **Assegurar que a produção textual da IA seja em linguagem simples e acessível**, em consonância com as diretrizes do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, facilitando a compreensão pelo jurisdicionado.
- **Reduzir o tempo gasto por assessores e assistentes em tarefas de elaboração e análise textual**, liberando-os para atividades de maior valor agregado.
- **Promover a padronização e a consistência dos atos jurisdicionais** no 2º Grau do TRE-BA.
- **Contribuir para a diminuição da sobrecarga de trabalho** e a eliminação de gargalos processuais.

3 Escopo do Projeto

3.1 Dentro do Escopo

- Desenvolvimento e/ou implementação de uma ferramenta que utilize Inteligência Artificial generativa focada em apoio a atividades jurisdicionais.
- Funcionalidades de suporte à elaboração de ementas: Isso inclui a capacidade da IA de sugerir padronizações com base no voto do conforme as diretrizes do Manual de Padronização de Ementas do CNJ.
- Funcionalidade para análise e produção de resumo de documentos judiciais: A IA deverá ser capaz de processar documentos e extrair ou resumir informações chave para agilizar a compreensão.
- Funcionalidade para auxiliar na confecção de relatórios processuais de acórdãos e decisões: A ferramenta deve apoiar a criação de relatórios, garantindo consistência e precisão.

- Geração de textos em linguagem simples e acessível: Um aspecto crítico do escopo é garantir que a saída da IA adira aos princípios do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, tornando o conteúdo compreensível para o jurisdicionado.
- Treinamento inicial para assessores e assistentes sobre o uso da ferramenta de IA.

3.2 Fora do Escopo

- Reforma ou reengenharia completa de todos os documentos judiciais do TRE-BA; o foco é na otimização de tarefas processuais específicas por meio da IA.
- Desenvolvimento de sistemas de gestão processual, pois o projeto se concentra em uma ferramenta de IA que otimiza o trabalho dentro dos sistemas existentes.
- Entrega de ferramenta de IA generativa para utilização geral pelos assessores, assistentes e desembargadores.

3.3 Estrutura Analítica do Projeto (EAP)

{Inserir o gráfico da EAP contendo as fases e as entregas, elaborado com o auxílio da SEGOVE, utilizando software específico.}

4 Cronograma detalhado

Etapas	Cronograma		Predecessoras	Interface	Responsável
	Início	Término			
Fase 0	19/03/2025	30/06/2026			Comiss1913
Planejamento	19/03/2025	31/05/2025			Comiss1913
Monitoramento e Controle do projeto	19/03/2025	30/06/2026			Comiss1913
Encerramento do Projeto	16/04/2026	30/06/2026			Comiss1913
Fase 1:Desenvolvimento	01/07/2025	31/03/2026			STI
Entrega 1.1: Funcionalidade Ementa	01/07/2025	31/08/2025			ASSEC-IA/STI
Atividade 1.1.1 desenvolvimento de Prompts	01/06/2025	30/06/2025			COJUR
Atividade 1.1.2 desenvolvimento interface	01/07/2025	31/08/2025			ASSEC-IA/STI
Atividade 1.1.3 treinamento IA	01/07/2025	31/08/2025			ASSEC-IA/STI
Entrega 1.2: Funcionalidade Resumos de documentos e processos	01/09/2025	30/11/2025			ASSEC-IA/STI
Atividade 1.1.2 desenvolvimento de Prompts	01/09/2025	30/09/2025			COJUR
Atividade 1.1.2 desenvolvimento interface	01/10/2025	30/11/2025			ASSEC-IA/STI
Atividade 1.1.3 treinamento IA	01/10/2025	30/11/2025			ASSEC-IA/STI
Entrega 1.3: Funcionalidade Relatórios de documentos e	07/01/2026	31/03/2026			ASSEC-IA/STI

processos					
Atividade 1.1.2 desenvolvimento de Prompts	07/01/2026	31/01/2026			COJUR
Atividade 1.1.2 desenvolvimento interface	01/02/2026	31/03/2026			ASSEC-IA/STI
Atividade 1.1.3 treinamento IA	01/02/2026	31/03/2026			ASSEC-IA/STI
Fase 2: Testes e validação	01/09/2025	15/04/2026			COJUR
Entrega 2.1: Funcionalidade Ementa	01/09/2025	15/09/2025			COJUR
Entrega 2.2: Funcionalidade Resumo de documentos e processos	01/12/2025	19/12/2025			COJUR
Entrega 2.3: Funcionalidade Relatórios de acórdãos e decisões	01/04/2026	15/04/2026			COJUR

Fase: conjunto de atividades do projeto logicamente relacionadas, normalmente concluída com a entrega de produto ou serviço específico. Por exemplo: cadastro eleitoral, licitação;

Entrega: qualquer saída, resultado ou item mensurável, tangível e verificável que deve ser obrigatoriamente produzido para concluir um projeto ou parte de um projeto.

Atividade: todas as ações necessárias para que a Entrega seja realizada.

Predecessora: etapa (fase, entrega ou atividade) anterior cujo cumprimento é requisito para o início da etapa de referência.

Interface: meio capaz de promover a interação entre duas ou mais fases, entregas ou atividades.

5 Plano Orçamentário

Entrega	Recurso	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

6 Organização do Projeto

6.1 Áreas impactadas

1

Unidade Interna Impactada	Descrição do Impacto Previsto	Gestor da Unidade
COMISS1913	Planejamento e Acompanhamento	André Luiz Cavalcanti e Cavalcante
STI	Essencial para o desenvolvimento, implementação, integração e suporte técnico da solução de IA. O impacto será na necessidade de alocação de equipe técnica e	André Luiz Cavalcanti e Cavalcante

	recursos tecnológicos para o projeto.	
COJUR	Unidade de lotação da Gerente do Projeto, estará diretamente envolvida na gestão e no alinhamento técnico-jurídico do projeto, garantindo que a IA generativa produza resultados precisos e em conformidade com as normas jurídicas.	Hercília Boaventura Barros
Unidade Externa Impactada	Descrição do Impacto Previsto	Gestor da Unidade
JURISDICCIONADO	Principal beneficiário final das melhorias. Experimentará uma maior clareza e acessibilidade nas informações jurídicas, graças à adoção da linguagem simples nos atos judiciais, o que fortalecerá a transparência e a confiança na Justiça Eleitoral. Não é uma "unidade" no sentido de organização, mas é o "cliente" externo.	Comunidade-Cidadã

6.2 Equipe do Projeto

Nome	Unidade	Ram al	E-mail
André Luiz Cavalcanti e Cavalcante Hercília Boaventura Barros Christiano Rocha de Matos Marcus Vinícius Lima e Machado Marcio de Sousa Freitas Rilson Barros de Almeida	COMISS1913 COMISSÃO DA PORTARIA 353/2021	7050	

7 Premissas e Restrições

Premissas

- Apoio Contínuo da Alta Administração: Assume-se que a Presidência e a Diretoria-Geral do TRE-BA manterão o apoio institucional ao projeto, facilitando a alocação de recursos internos e a superação de eventuais obstáculos.
- Disponibilidade de Dados para Treinamento da IA: A premissa é que dados jurídicos relevantes (textos, ementas, jurisprudência) estarão disponíveis e acessíveis para o treinamento e aprimoramento da Inteligência Artificial.
- Aceitação e Engajamento dos Usuários Finais: Presume-se que os assessores e assistentes do 2º Grau do TRE-BA estarão abertos à adoção da nova ferramenta e engajados no processo de aprendizado e feedback.

- Conformidade Legal e Ética da IA: Acredita-se que a implementação da IA será feita em conformidade com todas as regulamentações jurídicas e éticas aplicáveis ao uso de inteligência artificial no setor público e judicial.
- Infraestrutura Tecnológica Adequada: Assume-se que a infraestrutura de TI existente no TRE-BA será suficiente para suportar a solução de IA.

Restrições

- Não Necessidade de Orçamento Novo: Conforme o TAP, o projeto deve ser executado sem alocação de novos recursos orçamentários, dependendo exclusivamente de recursos e dotações existentes. Esta é uma restrição significativa que influenciará as escolhas de tecnologia e o escopo do projeto.
- Disponibilidade de Equipe Técnica Especializada: A equipe da STI, embora competente, pode ter outras prioridades, limitando a disponibilidade de especialistas em IA ou desenvolvimento para o projeto.
- Segurança e Privacidade de Dados: A necessidade de manter a segurança e a privacidade das informações judiciais pode impor restrições sobre as tecnologias e métodos de IA que podem ser utilizados, bem como sobre o manuseio dos dados.
- Manutenção da Precisão Jurídica: A IA deve operar dentro de padrões rigorosos de precisão jurídica, e qualquer resultado gerado precisará ser validado por profissionais, o que pode ser uma restrição em termos de tempo e processo.
- Conformidade com Políticas Internas de TI: A solução de IA deve aderir às políticas e padrões de segurança e infraestrutura da STI do TRE-BA.

8 Plano de Resposta aos Riscos

Causa raiz do risco	Efeito	Probabilidade de acontecer	Impacto
Falta de engajamento dos usuários finais	Baixa adoção da ferramenta de IA pelos assessores e assistentes, resultando em subutilização do investimento.	() 1-Muito Baixo (x) 2-Baixo () 3-Médio () 4-Alto () 5-Muito alto	() 1-Muito Baixo () 2-Baixo () 3-Médio (x) 4-Alto () 5-Muito alto
Plano de Resposta			
Ações	Data limite	Responsável	Área
Promover campanhas de sensibilização e treinamentos práticos e interativos desde o início do projeto. Criar um canal de feedback constante.	31/05/2026	ASSEC-IA/STI e COJUR	

Causa raiz do risco	Efeito	Probabilidade de acontecer	Impacto
Restrições de acesso a dados para treinamento	Limitação na capacidade de treinamento e aprimoramento da IA devido a políticas de privacidade ou acesso restrito a bases de dados jurídicas.	() 1-Muito Baixo (x) 2-Baixo () 3-Médio () 4-Alto () 5-Muito alto	() 1-Muito Baixo () 2-Baixo (x) 3-Médio () 4-Alto () 5-Muito alto

Plano de Resposta			
Ações	Data limite	Responsável	Área
Estabelecer um protocolo claro para acesso e uso de dados, em conformidade com a LGPD e outras regulamentações e priorizar dados anonimizados.	15/03/2026	ASSEC-IA/STI	

9 Aprovações

Elaborado ou Revisado por	Data	Assinatura
Hercília Boaventura Barros	31/07/2025	
COJUR		

De acordo da Unidade solicitante e das Unidades impactadas	Data	Assinatura

Revisado (SEGOVE)	Data	Assinatura

Aprovado (Diretoria-Geral)	Data	Assinatura